

BUA
VOLUME
102

REVISTA DE GVIMARÃES

1992





ÍNDICE

Revista de Guimarães — 1992

HÉLIO OSVALDO ALVES, <i>Breves Reflexões Sobre o Acto Cultural</i>	11
PRESIDENTE DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, <i>Palavras de Abertura</i>	23
HÉLIO OSVALDO ALVES, <i>Breves Palavras</i>	33
LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA, <i>Antero de Quental na Filosofia do seu Tempo</i>	39
ANTÓNIO M. B. MACHADO PIRES, <i>Evocação de Antero e o Romantismo</i>	51
VICTOR DE SÁ, <i>Antero de Quental Ontem e Hoje</i>	75
NUNO GRANDE, <i>Antero e a Circunstância</i>	95
LUÍS REIS TORRAL, <i>Antero e o "Integralismo"</i>	117
FERNANDO CATROGA, <i>Política, História e Revolução</i>	143
NORBERTO CUNHA, <i>Ciência, Cientismo e Metaciência</i>	207
ALBERTO PIMENTA, <i>Antero de Quental: Método Paradoxal, Pontual</i>	247
JOAQUIM MATOS, <i>Incidências da Obra e da Acção de Antero</i>	267
CAMILO RIBEIRO, <i>Estética e Criatividade</i>	293
XESÚS ALONSO MONTERO, <i>Antero de Quental Traducido por Curros Enríquez</i>	307
ANA MARIA ALMEIDA MARTINS, <i>Antero de Quental e Alberto Sampaio</i>	319
JOSÉ M. AMADO MENDES, <i>Alberto Sampaio: Um Observador Arguto</i>	345
FRANCISCO DE SANDE LEMOS, <i>Alberto Sampaio na Arqueologia do seu Tempo</i>	369
MANUELA MARTINS, <i>"As Vilas do Norte de Portugal"</i>	387
JOSÉ VIRIATO CAPELA, <i>Alberto Sampaio e a Alternativa Paroquial</i>	411
ALBERTO FARIA FRASCO, <i>Alberto Sampaio Precursor dos Vinhos Verdes</i>	445
EMÍLIA SAMPAIO NÓVOA FARIA, <i>Alberto Sampaio e Martins Sarmento</i>	459
PRESIDENTE DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, <i>Palavras de Encerramento</i>	471
SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, <i>Programa do Ciclo "Pensar os Pensadores"</i>	479

"AS VILAS DO NORTE DE PORTUGAL"

Manuela Martins

ALBERTO SAMPAIO

Estudos históricos
e económicos

COM PREFACIO DO
DR. LUIZ DE MAGALHÃES

AS VILLAS DO NORTE DE PORTUGAL;
AS POVOAS MARITIMAS; O NORTE
MARITIMO; O MINHO RURAL E
—— INDUSTRIAL, ETC. ——

VOLUME PRIMEIRO



1923

LIVRARIA CHARDRON
de Lello, Irmão, Limitada, Editora — PORTO
AILLAUD, BERTRAND, PARIS-LISBOA

"AS VILAS DO NORTE DE PORTUGAL"
DE ALBERTO SAMPAIO.

IMPORTÂNCIA DA OBRA NO ESTUDO DO POVOAMENTO ANTIGO¹.

Manuela Martins*

A obra de Alberto Sampaio, *As vilas do Norte de Portugal*, tornou-se um clássico da historiografia regional portuguesa, e como tal, representa, ainda hoje, um instrumento de consulta obrigatório para todos os que se dedicam ao estudo do período da Alta Idade Média, na região do Norte de Portugal.

Trata-se indiscutivelmente de um trabalho de invulgar inspiração, se atendermos ao tempo em que foi redigido, traduzindo muito daquilo que foi a experiência pessoal do seu autor, profundo conhecedor do mundo rural minhoto. Esta obra, reflecte ainda o espírito profundamente criativo e renovador que caracterizou o período de vivência de Alberto Sampaio.

De certa maneira, a obra representa a projecção no espaço português, de teorias que conheceram uma certa difusão na Europa dos finais do séc. XIX. Tais teorias, propunham um modelo explicativo para a organização do espaço rural medieval, na região ocupada anteriormente pelo Império ocidental.

Profundo conhecedor da bibliografia do seu tempo, Alberto Sampaio, escrevendo quase na mesma data que Imbart

¹ Conferência proferida na Sociedade Martins Sarmento no ciclo "Pensar os Pensadores".

* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

de la Tour, expõe e aplica a Portugal uma teoria semelhante à sugerida para França por aquele célebre historiador, na obra *Les origines religieuses de la France. Les paroisses rurales du VI^e au XI^eme siècle* (Paris 1900). Nesta obra, o autor procurava determinar em que espécie de lugares foram instituídas as primeiras igrejas e paróquias rurais.

Alberto Sampaio, compulsando a historiografia do seu tempo, os magros conhecimentos arqueológicos disponíveis e recorrendo à história comparada procurou fazer o mesmo para o território português a Norte do Douro, servindo-se em muitos aspectos da experiência francesa.

Entre os vários méritos da obra poderíamos sublinhar o facto dela abordar um dos períodos mais ignorados e controversos da nossa história. Por outro lado, esta obra perspectiva uma teoria global para a origem e evolução da paisagem rural do Entre-Douro-e-Minho.

Ao estabelecer uma continuidade de ocupação no território do NO, entre os ocupantes primitivos da região, conhecidos a partir de referências rudimentares dos autores clássicos e cujos vestígios começam a ser trazidos à luz do dia com os trabalhos de Martins Sarmiento e dos homens da Portugalía e o limiar da nacionalidade, Alberto Sampaio, não só aborda um dos períodos mais obscuros da História portuguesa, como valoriza o aparente intervalo de decadência que se desenvolve entre o fim do domínio imperial na Península, as invasões bárbaras e muçulmanas, a reacção neogoda e os primórdios da nacionalidade.

Tal como sublinha Luís de Magalhães (1927, pág. XXVI), o trabalho de Alberto Sampaio estabeleceu uma ligação indispensável entre a obra de Martins Sarmiento, sobre os primitivos ocupantes da região e a de Alexandre Herculano, sobre o Portugal medieval.

Trata-se sem dúvida alguma de um projecto arrojado, tendo em conta o que se conhecia nos finais do séc. XIX da

realidade desses períodos, quer do ponto de vista arqueológico, quer histórico. No entanto, será necessário compreender o arrojo de Alberto Sampaio em função do movimento de renovação mental e nacional em que ele, tal como os homens da Portugália se integraram, representantes que eram de um espírito reconstrutivo e anti-derrotista.

Mas, Alberto Sampaio era mesmo mais do que um simples renovador. Ele era, tal como afirmam muitos dos seus biógrafos, um espírito superiormente ordenado, que prezava acima de tudo a arrumação. E, no fundo, é uma arrumação que empreende, ao abordar um período de desordens, de perturbação, atribuindo à população rural da região uma notável capacidade de conservar as estruturas sociais e económicas herdadas da época romana. Em parte, o fio condutor da sua obra, representado na continuidade da estrutura agrária, vai encontrar-lo Alberto Sampaio no próprio conservadorismo da população rural, que teria garantido, entre crises, invasões e novos possesores, a manutenção do essencial das estruturas sócio-culturais do mundo rural do Baixo Império.

Por detrás das teorias de Alberto Sampaio evidencia-se um certo voluntarismo subjectivo e mesmo algum idealismo. Ambos traem a sua vivência individual, o seu profundo conhecimento do meio rural e a sua crença no bom carácter do homem do campo.

Mas o objectivo de Alberto Sampaio não foi o tratamento de um período histórico, mas sim o estudo da génese e evolução do tecido rural minhoto, que procurou sistematizar. Ele pretendeu sobretudo justificar a estrutura de ocupação do solo característica da região, articulando-a com o tipo de povoamento e com a evolução histórica. Nesta perspectiva, o historiador antecipou, com rara intuição, a importância do povoamento antigo na construção da paisagem rural do Minho, salientada muitas décadas mais tarde, por A. Bouhier, no seu estudo sobre a Galiza (1979) e, mais recentemente, pelos

arqueólogos interessados na problemática da evolução da paisagem.

Alberto Sampaio, recuando no tempo, tanto quanto os conhecimentos da época o permitiam, aborda a história rural, procurando determinar as origens da estrutura do povoamento medieval, que julga reproduzida com notável fidelidade ainda no seu tempo. Esta estrutura aparece na sua obra profundamente ligada às paróquias rurais, cuja génese e evolução pretende sistematizar.

Ensaia assim uma teoria segundo a qual as paróquias rurais evoluem das *villae* romanas, mais concretamente dos oratórios das *villae*. Estabelece ainda uma continuidade entre as *villae* e os territórios dos antigos castros, que segundo ele, deveriam ter sido divididos entre a aristocracia indígena, primeiro de facto, depois *de jure*, quando essa nobreza indígena ascendeu à cidadania romana.

Alberto Sampaio reconhece assim uma continuidade entre o povoamento pré-romano, romano e o medieval, garantida, em parte, pela continuidade da própria população, mas também pela sobrevivência dos espaços físicos. Os territórios dos castros teriam sido com o tempo transformados nos domínios das *villae* e estes, por sua vez, teriam sobrevivido nos territórios das paróquias. A *villa*, enquanto residência senhorial do possessor, teria originado o paço e o oratório da *villa* teria sido transformado em igreja.

Para reforçar esta continuidade Alberto Sampaio contrariou a tese do ermamento, considerando que os limites das antigas *villae* romanas se mantiveram praticamente intactos até à Idade Média. Com a Reconquista as terras teriam sido tomadas de presúria e os novos senhores substituíram os descendentes dos antigos proprietários, conservando-se os limites das *villae* nos limites do próprio território paroquial.

Esta teoria recolhe paralelos noutras regiões da Europa Ocidental, para as quais arqueólogos ou historiadores sistematizaram

uma filiação geral entre domínio e paróquia, entre *villa* e aldeia. Assim se teria passado através de diversos esquemas do habitat antigo, caracterizado por um sistema de *villae* dispersas, para o habitat medieval, agrupado em aldeias, estas últimas desenvolvidas em torno do paço senhorial e das igrejas paroquiais.

Nos seus traços essenciais estas teorias revelam uma enorme simplicidade, em parte justificada pelos conhecimentos da época em que foram produzidas. Mas, como sempre, as teorias mais simples são as mais difíceis de desmontar e questionar.

A linearidade evolucionista exposta por Alberto Sampaio para explicar a formação da estrutura agrária medieval, chega mesmo a ser desarmante, sobretudo se considerarmos o período histórico assaz conturbado que analisa e os reduzidos conhecimentos do seu tempo.

Ainda hoje, volvido quase um século sobre a redacção do seu trabalho, não dispõem os historiadores, nem os arqueólogos, de dados suficientes para sistematizar o problema da génese do mundo rural medievo.

De facto, pouco se conhece ainda do próprio povoamento romano no Norte de Portugal e o estabelecimento de quaisquer continuidades, quer na ocupação, quer na estrutura agrária, embora atraente do ponto de vista teórico, não pode deixar de ser hipotético, senão mesmo infundamentado. Depois, a realidade do povoamento antigo é muito mais diversificada do que poderia alguma vez ter sido suposto no tempo de A. Sampaio.

No entanto, embora considerada excessivamente sistemática, a tese evolucionista deste historiador nunca foi posta em causa de um modo global, mau grado as críticas pontuais que lhe têm sido endereçadas. Na verdade, nem a investigação histórica, no âmbito preciso do estudo das paróquias, nem os dados arqueológicos disponíveis, permitem invalidar ou confirmar, em definitivo, as suas asserções.

Sem pretendermos questionar aqui a teoria proposta por Alberto Sampaio, há quase um século, sobre a continuidade de

ocupação territorial no Entre-Douro-e-Minho, julgamos justificar-se, no âmbito de uma singela homenagem a esta grande historiador, um equacionamento da problemática que constitui o cerne do seu trabalho, tendo em vista a evolução global dos conhecimentos sobre a região.

Um considerável contributo para o estudo da continuidade de ocupação entre o Baixo Império e o povoamento medieval tem sido dado pelos historiadores que aprofundaram a investigação no âmbito da organização do território português.

José Mattoso, num pequeno trabalho sobre as paróquias, publicado nos inícios da década de 80, sumaria as principais contribuições neste domínio.

Contributo importante para o avanço dos conhecimentos foi sem dúvida o trabalho do Cónego Pierre David, datado de 1947, referente à organização eclesiástica do reino suevo, na época de S. Martinho de Dume, trabalho que cimenta os avanços históricos no estudo das paróquias rurais do mundo ocidental. Este erudito baseando-se na análise documental das instituições eclesiásticas e socorrendo-se da hagiografia apresenta uma nova perspectiva sobre a evolução da sociedade alto medieval do NO peninsular. Põe assim em causa que as igrejas paroquiais representam uma evolução dos oratórios das *villae*, demonstrando antes o seu desenvolvimento a partir das igrejas rurais, fundadas pelos bispos nas suas dioceses, ou pelo clero diocesano.

Este trabalho será em parte completado por Monsenhor Miguel de Oliveira, em 1950, com novos documentos da época da Reconquista. Este investigador adopta uma atitude intermédia, procurando conciliar as conclusões de P. David, com as de Alberto Sampaio, tentando demonstrar que a maior parte das igrejas fundadas durante a Reconquista derivaram de igrejas de *villae*, ou de igrejas monásticas.

Para este autor entre a paróquia suévica e a paróquia moderna, não se teria introduzido nenhuma modificação substancial, excepto a que resultou da natural fragmentação dos

territórios das paróquias suévicas, em virtude da multiplicação das igrejas das villae (MATOSO 1984, 41).

A investigação histórica no domínio da organização paroquial conheceu um considerável avanço com os trabalhos do Cónego Avelino Jesus da Costa, com base no estudo do Censual de Braga, que cobre parte da região, que o paroquial do séc. VI mostrava já bastante desenvolvida.

Procurando estabelecer um nexó entre as paróquias do séc. VI e as do séc. XII, aquele autor sublinhou a coincidência entre as paróquias suévicas e os arcediagados do séc. XII (coincidência assinalada em onze casos). Apesar de tudo, não é claro se tal correspondência será generalizada e não meramente pontual, tendo em conta as enormes dificuldades de identificação toponímica.

Uma aproximação entre a organização paroquial do séc. VI e do séc. XI, sugerida por Avelino Jesus da Costa, deixa supor uma evolução linear e contínua da região, que comportava a fragmentação de um território mais vasto em territórios restritos, em torno das igrejas das villae. Subentende-se assim que a conquista muçulmana e a Reconquista não teriam afectado as paróquias rurais, mas apenas as urbanas.

Esta presumível continuidade está longe de convencer todos os investigadores da história rural da Idade Média e as origens das paróquias rurais permanecem ainda hoje bastante obscuras e controversas, mau grado os avanços do conhecimento histórico para a nossa Alta Idade Média.

A constatação de que as regiões mais povoadas no séc. VI o eram também no séc. XI, não explica as profundas transformações verificadas na toponímia, que se dão entre as duas épocas. Por outro lado, não se encontra convenientemente esclarecido qual o impacto das invasões muçulmanas sobre a orgânica dos quadros civis e diocesanos da região.

Outros possíveis factores a ter em conta serão naturalmente a política local dos reis asturianos, as consequências do surto

demográfico na multiplicação de paróquias, no séc. XI, ou ainda, a evolução da aristocracia rural e dos seus poderes senhoriais (MATOSO 1984).

Por outro lado, o princípio da territorialidade paroquial foi posta em causa desde 1959, por Gonzalo Martinez Diez, que sustenta que as paróquias suévikas e visigóticas não exerciam jurisdição territorial, uma vez que as basílicas das aldeias e os oratórios dos domínios dependiam directamente do bispo.

Na opinião daquele investigador, será a administração diocesana de tipo carolíngio, introduzida na P. Ibérica com a reforma gregoriana, apenas nos sécs. XI/XII, que criará, de facto, um território paroquial, sujeito à jurisdição do pároco. Assim, parece que o território paroquial foi adstrito a uma igreja já existente e não o inverso, ainda que a fixação dos territórios paroquiais seja uma realidade mais tardia, datando do séc. XIV (MATOSO 1984, 50).

Para C. Alberto F. de Almeida, a paróquia medieval no NO português, é um fenómeno que se estrutura apenas nos sécs. XII-XIII, embora com influências religiosas, sociais e económicas da época anterior (1986, 114-115). Embora reconhecendo os seus antecedentes, este autor entende que a paróquia medieval, da qual deriva a moderna, pouco tem a ver com a paleocristã, ou mesmo com as paróquias da Reconquista.

Desta brevíssima análise se constata que a problemática que ainda hoje se coloca aos investigadores, quanto à génese e evolução da estrutura paroquial, aponta para a complexidade do processo, revelando que ele não foi nem linear, nem contínuo.

Os avanços da investigação histórica não parecem assim corroborar a simplicidade das teses evolucionistas de A. Sampaio.

Os contributos da investigação arqueológica para a compreensão da continuidade de ocupação entre a época romana a Idade Média são ainda bastante diminutos.

O estudo da ocupação rural romana no NO português, zona privilegiada pelos estudos de Alberto Sampaio, está longe

de poder ser relevante para fundamentar a hipótese de uma presumível continuidade, não podendo igualmente demonstrar o contrário.

Na verdade, a própria temática do mundo rural não mereceu um grande interesse aos arqueólogos nacionais e peninsulares, posteriormente ao séc. XIX. Em parte, esse desinteresse resultou de uma série de presunções, que se viriam a cimentar na primeira metade do séc. XX.

As características particulares das regiões setentrionais da Península pareciam sugerir uma Romanização incipiente e uma importante sobrevivência de estruturas sócio-económicas pré-romanas.

Um modelo de ocupação rural, representado por *villae* e casais, característico das regiões mais romanizadas do Império, parecia ausente na região. Por outro lado, a arqueologia regional orientou-se, durante décadas, prioritariamente para o estudo das citânias e dos castros do NO, seguindo uma tradição de estudos iniciada com Martins Sarmento, que conheceu natural sucesso entre os investigadores regionais.

Neste sentido, as teses de Alberto Sampaio não tiveram qualquer impacto a nível da investigação arqueológica, parecendo mesmo inverosímil, à generalidade dos autores, que pudesse existir uma paisagem agrária modulada por *villae* no Norte de Portugal, como aquele autor pressupunha na sua obra.

Esta postura, parecia em parte alicerçada pela natureza dos vestígios arqueológicos da região, onde não se reconheciam quaisquer evidências das ricas *villae*, bem representadas no Sul da Península. No entanto, tal postura viria a ser consideravelmente inibidora para a própria investigação e para o avanço dos conhecimentos, limitando o interesse pelos vestígios romanos na região, ao contrário do que havia acontecido nos finais do séc. XIX.

Assim, as evidências disponíveis para caracterizar a ocupação, quer romana, quer medieval, do Norte de Portugal,

são ainda hoje fruto, mais de descobertas ocasionais, do que de um verdadeiro interesse pelo estudo do mundo rural.

Não deixa ainda de ser significativo a este propósito que as poucas *villae* identificadas a Norte do Douro, tenham sido noticiadas, e mesmo parcialmente escavadas, entre finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, seguindo-se um longo período, praticamente até aos nossos dias, de raras descobertas e ainda de mais raras escavações.

O significado imediato desta circunstância parece articular-se com o relativo desinteresse com que a presença de vestígios romanos atribuíveis a um povoamento de tipo disperso, foi olhado, durante décadas, tendo-se certamente sacrificado muitas evidências, sem qualquer memória. Mas muitos vestígios se encontrarão sepultados ainda sob povoações medievais e modernas. Muitos outros, escondem-se, sem dúvida alguma, sob os espessos solos agrícolas da região, revelando-se por vezes de uma forma muito ténue à superfície, não sendo por isso facilmente identificáveis sem escavações.

O lugar privilegiado que o estudo do mundo rural vem conhecendo noutras regiões da Europa Ocidental, só muito recentemente se vem cimentando entre nós. Reflexo desse interesse são já alguns programas de pesquisa, vocacionados para o estudo da ocupação do território, numa perspectiva diacrónica.

Tais projectos, implicando trabalhos de prospecção sistemática e raras escavações, têm permitido trazer à luz do dia dados de capital importância para o estudo da ocupação rural e para o estabelecimento das continuidades e discontinuidades na estrutura do povoamento.

Embora ainda reduzidos em área e em número, são em parte os resultados de tais trabalhos recentes que permitem pôr em causa muito do que se afirmou quanto às características do povoamento rural romano na região, certamente merecedor de uma atenção mais aprofundada.

Neste sentido, mau grado as enormes dificuldades em articular o povoamento romano e medieval no Norte de Portugal, julgamos possível confrontar alguns dos pressupostos de Alberto Sampaio, com o que se pode hoje afirmar sobre a ocupação romana, cuja estrutura desempenhou um papel fundamental no delineamento da sua tese evolucionista.

Alberto Sampaio atribuiu à organização agrária do Noroeste uma perfeição e uniformidade que não parece ter existido de facto. Segundo ele as capitais de *civitates* dominavam regiões cobertas de *villae*. Estendendo-se como uma densa malha geométrica tais *villae* teriam dado ao território e à sua população a coesão indispensável à sua sobrevivência em tempos conturbados.

Assim sendo, o retrocesso do fenómeno urbano, a partir do Baixo Império, não teria afectado o espaço rural, atomizado em torno das *villae*.

Como afirma Miguel de Oliveira (1950), A. Sampaio deixou-se suggestionar pela menção recorrente da expressão vilas nos documentos da época neo-gótica (1950, 90), considerando-as como a sobrevivência local da unidade agrária romana. Ora, desde o séc. IX que o termo vila tem a acepção de propriedade, ou conjunto de propriedades, com casas de habitação, tornando-se designação própria, tanto de granja, como de aldeia. Quer dizer, o termo vila persistiu, mas o seu sentido ampliou-se e modificou-se.

Por outro lado, a evidência arqueológica permite hoje perspectivar uma ocupação do território, que está longe de se esgotar no fenómeno *villa*.

Na época romana a *villa* corresponde basicamente a um estabelecimento agro-pecuário, que representa, na ideologia romana, o modelo típico de exploração racional da terra. Tradicionalmente o termo aplica-se a uma grande propriedade, cuja exploração exigia mão de obra escrava e assalariada e cuja produção excedia o auto-consumo dos seus possesores e trabalhadores.

No entanto, embora as *villae* se tornem elementos indissociáveis da paisagem rural em todas as províncias romanas, elas assumem importantes variantes regionais, em termos de arquitectura e área explorada.

Jorge de Alarcão sublinhou num trabalho, publicado em 1980, que a raridade de mosaicos, um dos sinais considerados como reveladores da existência de *villae*, não permitia sustentar que tal tipo de exploração tivesse conhecido grande sucesso no NO. Ora, se a existência de ricas *villae* seria um fenómeno pontual, como aceitar a existência de grandes domínios senhoriais, a partir dos quais se teria estruturado o povoamento alto-medieval?

É um facto que existiram muito mais *villae* no Norte de Portugal do que a suposta ocorrência de mosaicos deixa perceber. A presunção de que a presença deste tipo de estabelecimentos é diminuta, resulta em parte dos critérios utilizados na sua identificação. Por outro lado, a descoberta de mosaicos raramente é possível sem a realização de escavações, bastante raras.

Atendendo aos dados disponíveis será possível presumir que o fenómeno *villa*, apresenta particularidades no NO que têm que ser devidamente valorizadas.

Em primeiro lugar, parece que as *villae* estarão aqui essencialmente ligadas à pequena e média propriedade, não reproduzindo, por conseguinte, a estrutura esclavagista dos grandes domínios conhecidos noutras regiões. Uma das explicações para o facto poderá associar-se à elevada rentabilidade dos solos agrícolas da região, sobretudo daqueles que se situam nas plataformas de aluvião, onde se instalaram estes estabelecimentos. Tais solos, adaptam-se sobretudo a uma agricultura intensiva e polivalente, que teria conduzido a uma precária especialização na produção, basicamente vocacionada para o auto-consumo e para a produção de excedentes relativos.

Em segundo lugar, este tipo de estabelecimentos, por vezes modestos na sua arquitectura, foram essencialmente possuídos por indígenas, conforme se pode comprovar pela epigrafia. Verifica-se assim a assimilação de um novo modelo de exploração da terra e de novas formas construtivas, traduzidas em edifícios inspirados em modelos romanos. No entanto, tais construções não reproduzem disposições complexas reveladoras de uma especialização dos espaços. Tal situação resultará da natureza social e económica destas unidades, mas também do nível sócio-cultural dos seus possesores, basicamente de ascendência indígena.

A reduzida presença, neste tipo de construções, de materiais de construção importados, bem como de elementos decorativos ou de áreas de conforto, designadamente de banhos, reveladores do poder económico dos seus possesores, poderá assim justificar-se por condicionalismos económicos e culturais.

Considerando a preponderância da pequena e média propriedade e a exploração familiar das mesmas, não vemos razão para aceitar que os mosaicos sejam o elemento arquitectónico mais revelador deste tipo de estabelecimentos. No entanto, é possível admitir que futuras escavações venham a ampliar consideravelmente o número de sítios com este tipo de ornamentos.

Tudo leva a crer que o número de *villae* possa ser consideravelmente mais significativo de que tem sido suposto, o que nos aproximaria das ideias de A. Sampaio.

Todavia, a existência de um elevado número de *villae* não permite considerar como certa a formação de grandes domínios, no Baixo Império. Depois, mesmo que existissem esses domínios, eles dificilmente seriam contíguos, sobretudo se atendermos à geomorfologia da região.

Um possessor poderia ter vários *fundi* distantes, pelo que a divisão da propriedade em lotes contíguos, parece questionável. Como sugere J. de Alarcão, cada prédio arrendado

a colonos, no Baixo Império, seria, muito presumivelmente, um conjunto de terras dispersas pela superfície da *villa*. Assim sendo, as suas casas tenderiam a instalar-se preferencialmente junto à residência do senhor, onde seria mais fácil usufruir de segurança e de outros serviços. Uma hipotética divisão das *villae*, no Baixo Império, não teria trazido consigo a dispersão do povoamento, mas teria sido antes favorável à sua concentração.

No entanto, as *villae*, ao contrário do que admitiu A. Sampaio, não esgotavam o sistema agrário na época romana.

Dois tipos de povoamento coexistem nos primeiros séculos da nossa era: um concentrado e um disperso. Tal realidade pressupõe também a coexistência de terras divididas e indivisas, pelo que a estrutura agrária seria ela também relativamente diversificada.

Não estamos assim perante uma realidade monolítica, centrada exclusivamente na exploração de unidades do tipo *villa*, mas sim perante uma situação polivalente, que terá tido desenvolvimentos diferenciados no período medieval.

Os conhecimentos arqueológicos no tempo de A. Sampaio dificilmente poderiam sugerir a persistência, ainda insuspeita, de um importante povoamento concentrado, em castros. Muitos deles mantêm-se durante todo o domínio romano e sobrevivem, por vezes, até à Idade Média. Estes povoados, que concentravam boa parte da população rural, parecem ter mantido quase integralmente os seus territórios, indispensáveis para a manutenção de uma economia mista de tipo agro-silvo-pastoril.

De facto, ao contrário do que A. Sampaio supôs, nada leva a admitir que os territórios destes povoados tenham sido assignados, mantendo-se provavelmente indivisos e suportando o modo de vida comunitário da população. Por sua vez, os vestígios caracterizadores de uma paisagem estruturada em *villae* e casais, associada à propriedade individual, encontram-se

sobretudo nas terras baixas dos vales, onde se localizam os solos mais profundos e mais ricos.

No fundo, a ocupação sob domínio romano permitiu um aproveitamento mais racional das potencialidades regionais, pois introduz-se então a tecnologia necessária a uma exploração sistemática de solos pesados e mal drenados do fundo dos vales. Simultaneamente, diversificou-se a paisagem rural, modulada agora por tipos diferentes de habitat, por diferentes sistemas de exploração da terra, certamente, por maior variabilidade de culturas.

Se hoje se sabe que muitos castros persistem como aglomerados de uma população eminentemente rural, pouco ou nada sabemos sobre o papel que vieram a desempenhar na estrutura do povoamento medieval. Verifica-se mesmo que muitos castros abandonados no século I foram reocupados a partir do século IV, mantendo-se alguns até à Baixa Idade Média. A formação de aldeamentos na base de muitos destes povoados tem levado os investigadores a realçar a correspondência entre castro e freguesia (SILVA 1986). Esta perspectiva é particularmente cara aos arqueólogos da Galiza, que julgam mesmo encontrar uma equivalência directa entre castro e paróquia medieval.

Trata-se assim de uma hipótese evolucionista diferente da sugerida por A. Sampaio, também ela criticável, se atendermos à variabilidade do povoamento sob domínio romano.

De facto, para além das *villae* e casais e dos castros romanizados, encontramos no Norte de Portugal outro tipo de aglomerados fundados na época romana.

São povoados abertos, que se desenvolvem muitas vezes ao longo das vias, desempenhando várias funções, designadamente religiosas, económicas, viárias e por vezes lúdicas. Possuindo um papel secundário numa sociedade centralizada e hierarquizada como era a romana, estes aglomerados podiam corresponder a *vici*. Podem citar-se vários exemplos no Norte de Portugal de

aglomerados deste tipo. Entre outros exemplos poderíamos referir os casos de sítios como Caldas de Vizela, Taipas, Alverelhos, Ponte de Lima, Meinedo e ainda o sítio de Tongobriga, este talvez mais merecedor da designação de pequena cidade.

O papel destes povoados foi certamente muito importante, numa região pouco urbanizada como foi o Norte de Portugal. Eles representavam extensões das capitais de *civitates*, sendo pólos de desenvolvimento económico e de actividade religiosa que serviam essencialmente a população rural, dessiminada pelos campos, ou concentrada em povoados castrejos, de tradição indígena.

A sua localização ao longo das principais vias militares romanas, poderá ter garantido, em parte, a sua relativa sobrevivência na Alta Idade Média. Com efeito, alguns destes aglomerados são referenciados como paróquias suélicas, como é o caso de Tongobriga e Caldas de Vizela (*Oculus*).

As dificuldades de identificação toponímica para grande parte das paróquias suélicas dificulta obviamente o estabelecimento de equivalências. Contudo, não deixa de ser interessante constatar que, quer nos casos citados, quer no de *Acqua Flaviae*, também ele paróquia suélica, estamos em presença de aglomerados importantes na época romana e não de *villae*.

Será que as paróquias suélicas poderiam corresponder prioritariamente a aglomerados secundários, sobreviventes da época romana, que seriam nalguns casos capitais de *pagi*, como parece acontecer na Gália? Uma vez que a difusão do poder religioso emanava dos bispados, sediados nas cidades, não se teriam os *vici* romanos tornado em centros administrativos e religiosos importantes nos séc. VI e VII?

Os dados disponíveis não permitem aprofundar esta hipótese. Para isso, seriam necessárias escavações que facultassem

uma correcta caracterização dos sítios referidos e testemunhos quanto à sua presumível continuidade na Alta Idade Média.

É um facto relativamente generalizado no mundo ocidental que muitas igrejas e, com elas, aglomerados populacionais medievais, se implantaram sobre sítios romanos, designadamente sobre *villae*. Se cotejarmos a realidade francesa, indiscutivelmente muito melhor estudada, verifica-se que é relativamente frequente a construção medieval, quer a partir de capelas privadas (*oratoria*) de alguns proprietários de ricas *villae*, quer à volta de um túmulo privilegiado, designadamente de um mausoléu de uma personagem importante, que assim se tornaria num lugar de culto.

No entanto, os casos de persistência de ocupação de antigas *villae* romanas são menos numerosos do que se pode imaginar à primeira vista. Muitas aldeias e habitats medievais não se sobrepõem a qualquer *villa* romana, sendo ainda mais frequente a situação em que as *villae* foram abandonadas definitivamente nos séculos III, IV ou V, dando lugar a simples campos de cultivo.

Mesmo para regiões bem estudadas como a Gália, a Itália, ou a Grã-Bretanha, é muito raro poder constatar indiscutivelmente a passagem do habitat antigo ao medieval, porque, ou não há concordância, ou a sobreposição de ocupação não é completa, deixando lugar a dúvidas. Por vezes, essa sobreposição faz-se mesmo com um intervalo de alguns séculos, sendo difícil avaliar o seu significado. De facto, em muitos casos a concordância, parcial sobreposição, ou proximidade entre sítios romanos e medievais pode resultar de factores eminentemente práticos, designadamente da necessidade de aproveitamento de material de construção.

Assim, a maioria dos investigadores assume em relação ao problema uma posição prudente, considerando que a generalidade das sobreposições verificadas são fortuitas, não revelando necessariamente uma continuidade de ocupação.

Nesta perspectiva será necessário não generalizar a filiação *villa/aldeia*, templo *pagão/oratorium*, capela funerária/igreja paroquial, conforme aparece sugerido pelos historiadores nos finais do séc. XIX, muito embora ela possa de facto ocorrer (FERDIÈRE 1988, 244, 245). Outras situações são verificáveis, apontando para uma evolução mais complexa e diversificada.

A tese evolucionista de A. Sampaio pode hoje em muitos aspectos pontuais ser questionada e mesmo revista, sobretudo com base em dados de natureza histórica e arqueológica.

Talvez que as principais críticas a esta tese possam incidir na simplicidade do seus pressupostos, elaborados num momento em que a arqueologia dava apenas os seus primeiros passos.

No entanto, a obra de A. Sampaio tem o enorme mérito de formular uma teoria global para a evolução da paisagem agrária do Entre-Douro-e-Minho, que mais nenhum historiador nacional ousou empreender.

Para a Galiza, região estruturalmente semelhante, poderá destacar-se o trabalho de A. Bouhier, datado de 1979, que completa em muitos aspectos as ideias de A. Sampaio. Mais recentemente, e como reflexo da importância que o estudo das paisagens fósseis vem assumindo entre os arqueólogos, haverá que destacar também os trabalhos de Filipe Criado Boado, da Universidade de Santiago de Compostela.

Este autor sugeriu, num trabalho recente, que a moderna paisagem agrária do NO foi modulada na Proto-História, com o povoamento castrejo, que irá concentrar-se nas bordaduras dos grandes vales (1989). O povoamento posterior, romano e medieval, mais não teria feito do que acentuar as características de uma ocupação de vale, desenhando os pormenores de uma arquitectura paisagística ainda hoje perceptível. Este investigador considera também que a paisagem construída com a chamada "revolução do milho" é sobretudo uma paisagem de opostos, em que se acentua a oposição entre terras baixas e altas, entre litoral e interior, entre vale e montanha, com o que tais

opostos comportam de diferentes sistemas sócio-económicos em funcionamento. Mas, na prática, o delineamento da moderna paisagem do NO tem os seus antecedentes na Pré e Proto-História. A ocupação romana e os períodos subsequentes apenas terão cristalizado as tendências anteriores.

As contribuições dos investigadores galegos não diminuem o interesse da formulação de A. Sampaio. De resto, este historiador intuiu de forma notável a importância do povoamento antigo na estrutura agrária minhota, muito embora a tenha atribuído basicamente ao domínio romano.

A recuperação das paisagens antigas, tornada nas últimas duas décadas um dos objectivos primordiais da investigação arqueológica, em grande parte dos países ocidentais, pouco significado tem ainda entre nós.

E, neste contexto, lembrar A. Sampaio e a sua obra, independentemente do valor intrínseco das suas teses, permite tornar viva uma temática e salientar o enorme vazio de trabalhos portugueses nesta área.

Tal lembrança adverte-nos para o muito que há ainda a fazer em termos do conhecimento de uma importante região, que conserva ainda fossilizada a estrutura paisagística antiga e que foi justamente considerada, por A. Bouhier, como uma das regiões agrárias mais equilibradas do mundo ocidental.

No entanto, tal tarefa é de uma enorme urgência. O fervor de desenvolvimento que caracteriza o tempo presente, aliado ao nosso tradicional atraso no domínio da investigação, e à reduzida consciência pública sobre a importância dessa mesma investigação em termos do desenvolvimento regional, ameaçam pôr irremediavelmente em causa a possibilidade de conhecermos algum dia a evolução do habitat, da estrutura agrária e da paisagem, de uma região à qual A. Sampaio consagrou boa parte da sua vida.

Braga, Novembro 1991

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de (1980), O problema da Origem e da Sobrevivência das *Villae Romanas* do Norte do País, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. III, Guimarães, pp. 171-179.

ALMEIDA, C.A.F. de (1986), A paróquia e seu território, *Cadernos do Noroeste*, Braga, pp. 113-130.

BOUHIÉ, A. (1979). *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*, La Roche-Suryon, Vendée.

COSTA, A. Jesus da, (1959), *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols, Coimbra.

CRÍADO BOADO, F. (1989). Asentamiento megalítico e asentamiento castreño: una propuesta de síntesis, *Gallaecia*, 11, pp. 109-138.

DAVID, Pierre (1947), *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa, pp. 1-82.

FERDIÈRE, A. (1988). *Les campagnes en Gaule Romaine*. Editions Errance, Paris.

FERNANDES, A. Almeida (1968) *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Viana do Castelo.

MARTINEZ DIEZ, S. J. Gonzalo (1959), El patrimonio eclesiástico en la España visigoda. Estudio histórico-jurídico, sep. de *Miscellanea Comillas*, pp. 23, 59-65.

MATOSO, José (1984), *A História das Paróquias em Portugal*, *Portugal Medieval. Novas interpretações*. Temas portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, pp. 17-56.

OLIVEIRA, Miguel de (1950). *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*, Lisboa.

SAMPAIO, A. (1979), *As villas do Norte de Portugal*, Vega, Lisboa.

SILVA, A.C.F. da (1986). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.